



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **47/2024-MIDR**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NA FORMA ABAIXO ESPECIFICADA:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA

Pelo presente instrumento, de um lado:

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com sede no Palácio de Despachos, Centro Administrativo s/n, Bairro Lagoa Nova, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.037-155, inscrito no CNPJ sob o nº 08.241.739/0001-05, neste ato representado pela Governadora do Estado, Senhora Maria de Fátima Bezerra, portadora da Cédula de Identidade nº 285404 SESPDS-RN, inscrita no CPF nº 160.257.334-49, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, doravante assim denominado **CONTRATANTE**;

E, de outro lado:

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, em Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 262.090 DICC/AP, inscrito no CPF nº 126.175.552-91, nomeado pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, Edição Especial, página 2, de 1º de janeiro de 2023, no uso das atribuições, doravante assim denominada **CONTRATADA**;

Com a interveniência do **BANCO DO BRASIL S.A.**, na qualidade de depositário das receitas oriundas das transferências constitucionais pertencentes ao **CONTRATANTE** e na qualidade de agente financeiro da **UNIÃO**, adiante denominado, nesta condição, simplesmente **INTERVENIENTE**, representado por seu mandatário legal infra-assinado; senhor Max Wendell Rebouças da Costa, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 3177377808 Detran/AC, inscrito no CPF n.º 434.474.812-34.

Firmam o presente Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, tendo como fundamento legal o inciso nº XIX do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; o Decreto Federal nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006; a Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023; a Lei Estadual nº 11.799, de 06 de junho de 2024, bem como no inciso XIII do art. 21 do Anexo I do Decreto Federal nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, doravante designadas em conjunto como “**PARTES**”, têm entre si justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água bruta (**CONTRATO**), o que fazem nos termos que se seguem:

TÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO CONTRATO**

CLÁUSULA 1ª. Para os fins deste **CONTRATO**, incluindo seus anexos, os termos definidos a seguir, quando grafados em letras maiúsculas, quer no singular quer no plural, terão o significado atribuído nesta cláusula:

- a) **CONSELHO GESTOR DO PISF (CGPISF)**: órgão integrante do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias (SGIB), de caráter consultivo e deliberativo, cujas competências, atribuições e composição estão delimitadas conforme os termos

do Decreto Federal nº 5.995/2006;

b) **DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** despesas administrativas da RECEITA REQUERIDA incorridas pela OPERADORA FEDERAL com pessoal, material, aquisições de serviços e produtos vinculados às atividades administrativas deverão ser alocadas através de método de rateio, conforme regulação da ENTIDADE REGULADORA;

c) **ENTIDADE REGULADORA:** Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em conformidade com o Decreto Federal nº 5.995/2006 e as atribuições dispostas na Lei nº 9.984/2000, sendo responsável por regular e fiscalizar a prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA objeto do presente CONTRATO, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desse serviço, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes. Cabe ainda à ENTIDADE REGULADORA a responsabilidade pela emissão e renovação da OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS do projeto;

d) **FUNDO DE REPOSIÇÃO DE ATIVOS:** fundo constituído para reposição dos bens do projeto que se depreciam ao longo do tempo de forma a permitir a continuidade da operação;

e) **INFRAESTRUTURA HÍDRICA:** trata-se de todos os ativos físicos construídos ou implantados no âmbito do PISF para alcançar o objetivo de integrar as bacias hidrográficas doadora e receptoras, de acordo com a descrição do ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS ATIVOS FÍSICOS DO PISF;

f) **OPERADORA ESTADUAL (OE):** é o CONTRATANTE ou órgão ou entidade, pública ou privada, por ela expressamente indicada, a seu exclusivo critério, encarregada de operar as infraestruturas hídricas interligadas ao PISF nos respectivos Estados e responsável por receber, gerenciar e distribuir, de forma eficiente, a água a ser aduzida pelo PISF;

g) **OPERADORA FEDERAL (OF):** é a CONTRATADA ou outro órgão ou entidade, pública ou privada, por ela expressamente indicada, a seu exclusivo critério, para realizar atividades operacionais e de apoio, inclusive de manutenção, necessárias à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA;

h) **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS:** é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos. A ENTIDADE REGULADORA possui a competência de emitir outorga em corpos d'água de domínio da União;

i) **PEQUENAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS:** usuário do PISF caracterizado por atividade de irrigação e consumo humano, instalados nas Vilas Produtivas Rurais – VPRs, definidas no licenciamento ambiental, conforme regulação da ENTIDADE REGULADORA;

j) **PEQUENOS USUÁRIOS:** usuários cuja captação ocorra na infraestrutura do PISF e tenha vazão máxima de retirada estipulada pela OPERADORA ESTADUAL, limitada a 2,5 litros por segundo, conforme regulação da ENTIDADE REGULADORA;

k) **PISF:** Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, abrangendo as estruturas de captação, transporte, bombeamento e reservação de água bruta, suas estruturas auxiliares, bem como as faixas de domínio do projeto, de 100 (cem) metros para cada lado desde os canais de aproximação junto ao Rio São Francisco até os PONTOS DE ENTREGA, organizado em dois eixos principais de transferência de água, o Eixo Norte (Trechos I e II) e o Eixo Leste (Trecho V), e os ramais associados Ramal do Salgado (Trecho III), Ramal do Apodi (Trecho IV), Ramal do Entremontes (Trecho VI), Ramal do Agreste (Trecho VII) e Ramal do Piancó (Trecho VIII), incluindo o trecho em leito natural ao longo do rio Piranhas-Açu entre o Açude Engenheiro Avidos, na Paraíba, e a divisa de Estado entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte;

l) **PLANO OPERATIVO ANUAL (POA):** documento elaborado pelas OPERADORAS ESTADUAIS contendo as previsões de vazão, VOLUME MÍNIMO e volume máximo, em m³/s e m³, a serem utilizadas no correspondente ano, por categoria de usuário, finalidade de uso e PONTO DE ENTREGA, respeitada a capacidade operacional do sistema, conforme regulação da ENTIDADE REGULADORA;

m) **PLANO DE GESTÃO ANUAL (PGA):** documento elaborado pela OPERADORA FEDERAL contendo a programação de bombeamento e fornecimento de água bruta nos PONTOS DE ENTREGA e demais elementos previstos no Decreto Federal nº 5.995/2006, necessários ao atendimento à OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS e previstos em resoluções específicas emitidas pela ENTIDADE REGULADORA;

n) **PONTOS DE ENTREGA:** são os locais previstos na OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS ou nos Planos de Gestão Anual do PISF no âmbito do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA em que a CONTRATADA entrega a água aduzida pelo PISF à CONTRATANTE;

o) **RECEITA REQUERIDA:** receita anual necessária para cobrir os custos da prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, não incluindo a amortização dos investimentos feitos pela CONTRATADA. A RECEITA REQUERIDA é referência para o estabelecimento das tarifas pelo SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, determinada pela ENTIDADE REGULADORA de acordo com as atribuições do inciso XIX do artigo 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

p) **SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA:** serviço de titularidade da CONTRATADA que abrange as atividades necessárias à entrega de água bruta nos PONTOS DE ENTREGA e inclui captação, operacionalização e manutenção da INFRAESTRUTURA HÍDRICA, atividades de inspeção, monitoramento quali-quantitativo, identificação de usuários irregulares, disponibilização, fornecimento e controle do acesso às águas do projeto, medição do consumo, faturamento, cobrança e arrecadação de valores referentes às tarifas e eventuais receitas adicionais;

- q) **SISTEMAS ISOLADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SIAA):** usuário do PISF caracterizado por sistema de abastecimento de água para comunidades isoladas localizadas na Área Diretamente Afetada pelo PISF (ADA), que compreende uma faixa de cinco quilômetros de cada lado dos canais, conforme previsto no licenciamento ambiental, de acordo com a regulação da ENTIDADE REGULADORA;
- r) **TARIFA DE CONSUMO:** tarifa decorrente do consumo de água pelo CONTRATANTE, destinada a cobrir a parcela variável da RECEITA REQUERIDA, cobrada em função do volume fornecido nos PONTOS DE ENTREGA, observados os demais regramentos do presente CONTRATO e a regulação da ENTIDADE REGULADORA;
- s) **TARIFA DE DISPONIBILIDADE:** tarifa decorrente da disponibilização de água para o CONTRATANTE, destinada a cobrir a parcela fixa da RECEITA REQUERIDA, cobrada independentemente do uso, observados os demais regramentos do presente CONTRATO e a regulação da ENTIDADE REGULADORA;
- t) **VOLUME ENTREGUE:** quantidade de água, em m³, efetivamente entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme os termos do PGA vigente e da regulação da ENTIDADE REGULADORA;
- u) **VOLUME MÍNIMO:** quantidade mínima de água, em m³, solicitada pelo CONTRATANTE para um determinado período, cuja entrega é garantida pela CONTRATADA, conforme os termos do PGA vigente e a regulação da ENTIDADE REGULADORA.

TÍTULO II DO OBJETO

CLÁUSULA 2ª. O objeto do presente CONTRATO consiste na prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA nos termos e condições estabelecidos na legislação, no presente instrumento e na regulação específica editada pela ENTIDADE REGULADORA.

TÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES Capítulo I – Das Obrigações da CONTRATADA

CLÁUSULA 3ª. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) prestar SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA adequado ao pleno atendimento do CONTRATANTE, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade tarifária e utilização racional dos recursos hídricos, em consonância com as condições e volumes de água estabelecidos no PGA;
- b) operar e manter a INFRAESTRUTURA HÍDRICA até os PONTOS DE ENTREGA para o CONTRATANTE;
- c) atender aos dispositivos regulatórios emitidos pela ENTIDADE REGULADORA;
- d) promover práticas que incentivem o uso eficiente e racional da água, considerando os benefícios sociais, econômicos e ambientais dos respectivos usos, e envidar esforços para combater as perdas, no âmbito do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA objeto do presente CONTRATO;
- e) monitorar e quantificar o consumo, por meio de medição de vazões e totalização de volumes, em todos os PONTOS DE ENTREGA do PISF, em consonância com os procedimentos de medição de vazões e determinação de volumes definidos pela ENTIDADE REGULADORA, bem como faturar os serviços prestados;
- f) coletar e consolidar os dados necessários para implementar o sistema de avaliação de desempenho e os controles físicos e contábeis definidos pela ENTIDADE REGULADORA, em regulamentação própria;
- g) executar e se responsabilizar pelos custos decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental de instalação do PISF;
- h) executar as condicionantes do licenciamento ambiental de operação dos Trechos I, II, IV, V e VIII, devendo os custos decorrentes das atividades contínuas necessárias para a manutenção da validade da licença de operação comporem a TARIFA DE DISPONIBILIDADE, nos termos da regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA;
- i) emitir o documento de cobrança das tarifas ao CONTRATANTE, em consonância com o estabelecido na CLÁUSULA 21ª;
- j) arcar com as DESPESAS ADMINISTRATIVAS da RECEITA REQUERIDA enquanto não for realizada a Concessão de que trata a CLÁUSULA 60ª, observado o disposto na CLÁUSULA 16ª; e
- k) responder juridicamente, perante o CONTRATANTE e o INTERVENIENTE, pela regularidade da solicitação de que trata o item 1.1 do ANEXO III – ANEXO OPERACIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA.

Parágrafo Primeiro. Para o cumprimento das obrigações constantes da presente cláusula, a CONTRATADA poderá delegar atividades operacionais e de apoio por meio de instrumento contratual específico bem como contratar serviços e fornecimentos

nos termos da legislação, permanecendo, em todos os casos, responsável pelas obrigações assumidas no âmbito deste CONTRATO perante o CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Uma vez realizada a Concessão de que trata a CLÁUSULA 60ª, as DESPESAS ADMINISTRATIVAS incorridas pela futura concessionária em função das atividades operacionais e de apoio necessárias à prestação dos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA deverão ser reintegradas à TARIFA DE DISPONIBILIDADE devida pelo CONTRATANTE, observada a regulação editada pela ENTIDADE REGULADORA.

Parágrafo Terceiro. Nos PONTOS DE ENTREGA nos quais os medidores da CONTRATADA ainda não estiverem disponíveis, as medições poderão ser realizadas por meio de equipamentos similares instalados pelo CONTRATANTE, pelos usuários ou por meio de outros procedimentos, desde que haja anuência prévia da ENTIDADE REGULADORA e estejam em conformidade com a regulação vigente.

Parágrafo Quarto. Nos PONTOS DE ENTREGA onde não for possível a medição de vazão, será cobrada somente a TARIFA DE DISPONIBILIDADE, observado o disposto no art. 34 da Resolução ANA nº 168/2023, ou norma sucedânea.

CLÁUSULA 4ª. Para efeitos de garantia da execução contratual, a CONTRATADA compromete-se com a priorização da alocação dos recursos orçamentários necessários à operação e manutenção do PISF, nos termos do ANEXO V – PORTARIA DE PRIORIZAÇÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS – Portaria MDR nº 2.044, de 28 de outubro de 2022.

Capítulo II – Das Obrigações do CONTRATANTE

CLÁUSULA 5ª. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) operar e manter os sistemas de reserva e distribuição de água bruta interligados ao PISF de responsabilidade do CONTRATANTE;
- b) operar e manter canais e adutoras que sejam conectadas aos Eixos Norte e Leste do PISF e que beneficiem apenas a CONTRATANTE, observado o disposto na CLÁUSULA 14ª;
- c) promover práticas que incentivem o uso eficiente e racional da água, considerando os benefícios sociais, econômicos e ambientais dos respectivos usos, e envidar esforços para combater as perdas, no âmbito de sua atuação;
- d) submeter-se, no seu âmbito de atuação, às determinações que se insiram na competência regulatória da ENTIDADE REGULADORA relativas ao PISF, especialmente no que se refere às condições e regras operacionais;
- e) apresentar o POA à CONTRATADA conforme regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA;
- f) executar o PGA no âmbito das suas atribuições legais;
- g) emitir autorização e firmar contratos específicos de prestação de serviço em relação aos PEQUENOS USUÁRIOS, PEQUENAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS e SISTEMAS ISOLADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA para o uso das águas do PISF, respeitando a somatória total dos volumes alocados para esses usuários constante no PGA em cumprimento ao art. 21 da Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023, ou norma sucedânea;
- h) instrumentalizar e aplicar a cobrança adequada pelos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA aos usuários finais do CONTRATANTE, para atender à RECEITA REQUERIDA, ressalvada a possibilidade de a CONTRATANTE arcar com as despesas decorrentes do CONTRATO através do orçamento geral do Estado, bem como estabelecer mecanismo que autorize a vinculação de tal receita para o pagamento do OPERADOR FEDERAL, observando a regulamentação da ANA; e
- i) pagar mensalmente à CONTRATADA, o valor devido pelos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA nos termos estabelecidos neste CONTRATO, em cumprimento ao art. 25 da Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023, ou norma sucedânea, incluindo os referentes ao atendimento dos PEQUENOS USUÁRIOS, PEQUENAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS e aos SISTEMAS ISOLADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e outros usos localizados no território do CONTRATANTE, excluídos os USUÁRIOS INDEPENDENTES e incluídos os projetos públicos de irrigação federais e estaduais.

Parágrafo Único. Sem prejuízo das disposições pertinentes constantes da regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA, os contratos de que trata a alínea “g” deverão obrigatoriamente dispor sobre:

- a) o projeto da instalação da estrutura de captação das águas, conforme padrão estabelecido pela Operadora Federal, devendo as captações serem instaladas preferencialmente em reservatórios com estruturas adaptadas às correspondentes flutuações de nível;
- b) os volumes máximos a serem disponibilizados;
- c) as coordenadas geográficas da captação a ser instalada;

- d) declaração do usuário de que está ciente que não pode interferir na estrutura de captação nos trechos situados entre a faixa de domínio do PISF e o canal ou reservatório onde ela está instalada, sem autorização da Operadora Federal;
- e) previsão de que o fornecimento de água está sujeito a interrupções inerentes à operação do PISF, não havendo garantia de fornecimento contínuo quando instalado ao longo dos canais;
- f) direitos e obrigações da Operadora Estadual e do Usuário;
- g) os poderes de fiscalização das instalações dentro da faixa de domínio do PISF pela Operadora Federal, bem como das medições ou estimativa de vazão; e
- h) outras exigências a serem determinadas pela Operadora Federal, no que tange ao acesso, instalação e manutenção da captação, que serão de responsabilidade do usuário.

CLÁUSULA 6ª. Para o cumprimento das obrigações constantes da CLÁUSULA 5ª, o CONTRATANTE poderá delegar atividades operacionais e de apoio por meio de instrumento contratual específico, bem como contratar serviços e fornecimentos nos termos da legislação, sendo vedada a sub-rogação ou cessão total do CONTRATO, nos termos da legislação em vigor.

TÍTULO IV DO PLANO DE GESTÃO ANUAL

CLÁUSULA 7ª. As PARTES desde já acordam em se sujeitar às disposições contidas no PGA, cumprindo fielmente tal instrumento no âmbito de suas competências.

CLÁUSULA 8ª. Sem prejuízo das disposições pertinentes constantes na legislação e em sua regulamentação, bem como na regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA, a CONTRATADA deverá observar o seguinte para a elaboração do PGA:

- a) as restrições operativas da infraestrutura;
- b) as diretrizes base a serem emitidas pelo CGPISF;
- c) o POA, a ser elaborado pela OPERADORA ESTADUAL; e
- d) os atos normativos emitidos pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 9ª. Caso o CONTRATANTE não encaminhe o POA elaborado pela OPERADORA ESTADUAL dentro dos prazos estabelecidos nos instrumentos regulatórios, será considerado o POA do ano anterior para elaboração do PGA.

CLÁUSULA 10ª. O PGA estabelecerá para cada período de 12 (doze) meses a programação de entrega de água disponibilizada pelo PISF em cada PONTO DE ENTREGA, observada a regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 11ª. O PGA será elaborado e aprovado conforme sistemática estabelecida no Decreto Federal nº 5.995/2006, ou norma sucedânea, e resolução específica da ENTIDADE REGULADORA.

TÍTULO V DAS CONTRAPARTIDAS

CLÁUSULA 12ª. As contrapartidas do CONTRATANTE e da CONTRATADA serão necessárias e suficientes para arcar com suas respectivas parcelas na RECEITA REQUERIDA, tendo como base as tarifas da prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA nos termos da regulação específica da ENTIDADE REGULADORA, e observados os índices percentuais referentes a cada PARTE, conforme estabelecido na CLÁUSULA 16ª.

Parágrafo Primeiro. As contrapartidas do CONTRATANTE e da CONTRATADA serão apuradas conforme o disposto nos parágrafos seguintes e os pagamentos ocorrerão conforme as disposições estabelecidas no Título VI deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo. A contrapartida mensal do CONTRATANTE, referente à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA pela CONTRATADA se dará conforme o disposto na equação abaixo:

Contrapartida Mensal do CONTRATANTE = Parcela do CONTRATANTE - Descontos Concedidos

Sendo que:

A Parcela do CONTRATANTE corresponde à sua parte no rateio, entre os Estados beneficiados, dos valores totais referentes à TARIFA DE DISPONIBILIDADE e à TARIFA DE CONSUMO, conforme estabelecido na Resolução ANA nº 168, de 2023, ou norma sucedânea; e

Os Descontos Concedidos correspondem aos valores a serem debitados da Parcela do CONTRATANTE considerando o disposto neste CONTRATO, no ANEXO I - ESPECIFICIDADES DOS ESTADOS, na legislação e normas aplicáveis e nos demais normativos estabelecidos pela ENTIDADE REGULADORA.

Parágrafo Terceiro. A contrapartida da CONTRATADA referente à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA se dará conforme o disposto na equação abaixo:

Contrapartida da CONTRATADA = Descontos Concedidos

Parágrafo Quarto. Para o cumprimento do que lhe cabe da contrapartida referida na presente Cláusula, a CONTRATADA utilizará recursos orçamentários e financeiros consignados no respectivo orçamento.

CLÁUSULA 13ª. Não haverá cobrança de Provisão de Devedores Duvidosos (PDD) da tarifa do PISF, condicionado à constituição e manutenção da estrutura de garantias a que se refere a CLÁUSULA 33ª deste CONTRATO, observada a regulação tarifária a ser editada pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 14ª. Não haverá cobrança dos custos de operação e manutenção (custos de O&M) de canais e adutoras que sejam conectados aos Eixos Norte e Leste do PISF e que beneficiem apenas um ente estadual, cuja execução das obras seja realizada diretamente pela CONTRATADA ou patrocinada por meio de transferências voluntárias da CONTRATADA, e que não integrem originalmente os Eixos Norte e Leste, observado o disposto na CLÁUSULA 5ª, alínea “b”.

CLÁUSULA 15ª. Não haverá cobrança do FUNDO DE REPOSIÇÃO DE ATIVOS nos primeiros 60 (sessenta) meses de operação comercial do PISF, prazo em que as PARTES se comprometem a definir o modelo de cobrança dos custos necessários para a reposição dos ativos do empreendimento.

Parágrafo Único. Em não havendo consenso a respeito da definição do modelo de cobrança dos custos de reposição de ativos previsto na presente Cláusula, as PARTES deverão observar o disposto na regulação que venha a ser editada pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 16ª. Nos primeiros anos de operação do PISF a responsabilidade quanto ao pagamento pelo SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA será distribuída entre as PARTES conforme índices percentuais indicados na tabela abaixo:

Ano de Operação Comercial	Índices Percentuais	
	Índice percentual sob responsabilidade da CONTRATADA (Índice_OF)	Índice percentual sob responsabilidade do CONTRATANTE (Índice_OE)
1º	95%	5%
2º	85%	15%
3º	65%	35%
4º	35%	65%
A partir do 5º	0%	100%

CLÁUSULA 17ª. Para efeito da distribuição dos índices referidos na tabela constante da CLÁUSULA 16ª, não serão computadas as DESPESAS ADMINISTRATIVAS da RECEITA REQUERIDA, que serão arcadas pela CONTRATADA enquanto não for realizada a Concessão de que trata a CLÁUSULA 60ª, observado o disposto no Parágrafo Segundo da CLÁUSULA 3ª.

CLÁUSULA 18ª. O início da operação comercial ocorrerá conforme o disposto no ANEXO I – ESPECIFICIDADES DOS ESTADOS.

TÍTULO VI

DO PAGAMENTO E DA MORA

CLÁUSULA 19ª. O pagamento poderá ser realizado por meio da liberação dos recebíveis decorrentes da cobrança pelos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA aos usuários finais do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, se implementada a cobrança, e/ou, com outros recursos próprios do CONTRATANTE.

CLÁUSULA 20ª. Para os fins da CLÁUSULA 19ª, caso seja implementada a cobrança pelos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA aos usuários finais, deverá ser celebrado instrumento contratual entre o CONTRATANTE, a CONTRATADA e a instituição financeira encarregada da arrecadação da cobrança ao usuário final.

CLÁUSULA 21ª. A CONTRATADA emitirá, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente àquele em que o SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA for prestado a fatura correspondente ao valor a ser pago pelo CONTRATANTE, com vencimento no 60º (sexagésimo) dia, contado a partir da data de apresentação da fatura, excluindo-se o dia da apresentação e incluindo-se o do vencimento.

CLÁUSULA 22ª. Em caso de mora no pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da fatura, em atraso, além de juros moratórios de 1% ao mês *pro rata die*, que serão cobrados na fatura do mês subsequente, além da atualização monetária dos respectivos valores por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E ou outro índice oficial estabelecido pelo Governo Federal que venha a substituí-lo no período compreendido entre a data de vencimento e a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA 23ª. O pagamento de uma fatura não implicará quitação de débitos anteriores.

CLÁUSULA 24ª. O CONTRATANTE poderá contestar formalmente o teor da fatura recebida no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do seu recebimento, motivando as razões de sua discordância.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para acolher ou rejeitar a manifestação do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Caso a CONTRATADA acolha o pleito do CONTRATANTE, deverá ser emitida nova fatura em 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do pleito, com o mesmo prazo de vencimento da fatura questionada, para pagamento pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro. Caso o pleito do CONTRATANTE seja rejeitado pela CONTRATADA, esta deverá emitir notificação à CONTRATANTE informando sobre sua improcedência, permanecendo válida a obrigação de pagamento pelo CONTRATANTE da fatura questionada.

Parágrafo Quarto. A falta de manifestação da CONTRATADA no prazo estipulado no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula exclui a incidência de multa e juros estabelecida na CLÁUSULA 22ª.

CLÁUSULA 25ª. Caberá a cada PARTE a retenção e o pagamento dos tributos eventualmente incidentes sobre o objeto deste CONTRATO na forma da Lei.

CLÁUSULA 26ª. A interrupção do fornecimento do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA a pedido do CONTRATANTE não implica em qualquer tipo de renúncia das obrigações assumidas quanto ao pagamento da TARIFA DE CONSUMO correspondente aos VOLUMES MÍNIMOS assinalados no PGA e à TARIFA DE DISPONIBILIDADE equivalente à sua respectiva parcela na repartição dos Custos Fixos, observado o regulamento emitido pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 27ª. A interrupção do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA pela CONTRATADA para a realização de reparos ou serviços que impeçam o funcionamento normal do sistema de adução de água bruta, deverá ser comunicado à CONTRATANTE, e amplamente divulgado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, quando não impactar no fornecimento dos volumes aos Estados, e 30 (trinta) dias úteis, quando houver impacto, ficando, neste caso, a CONTRATADA isenta de penalidades ou pagamento de indenizações, observado o regulamento emitido pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 28ª. A inadimplência superior a 60 (sessenta) dias no que se refere ao valor devido pelo CONTRATANTE por conta da prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA autoriza a INTERVENIENTE, em caráter irrevogável e irretratável, debitar o montante informado pela CONTRATADA, até o limite do saldo devedor atualizado, do saldo dos recursos decorrentes das transferências Constitucionais do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na forma das disposições constantes do Título IX deste CONTRATO.

TÍTULO VII DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA 29ª. Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, respeitado o prazo da OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS do PISF, podendo, por meio de instrumento específico, ocorrer a renovação da avença, bem como respeitada a prorrogação automática do CONTRATO, nos termos da CLÁUSULA 64ª.

CLÁUSULA 30ª. O CONTRATO poderá, por acordo entre as PARTES, ser revisto no 4º (quarto) ano de operação comercial para, se necessário, serem realizados ajustes que visem uma melhor adequação da proporcionalidade e progressividade do escalonamento, em face do impacto da implementação da cobrança aos usuários finais e da capacidade de pagamento destes, por meio de avaliação a ser apresentada pelo CONTRATANTE.

TÍTULO VIII DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA 31ª. As PARTES desde já acordam a se sujeitar ao sistema de avaliação de indicadores de desempenho, às regras da Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023, ou normas sucedâneas, bem como às demais disposições regulatórias e tarifárias estabelecidos pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 32ª. Os prazos para atendimento de solicitações são os previstos na Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023, ou norma sucedânea e neste CONTRATO, cabendo, para os casos não previstos na norma regulatória nem neste CONTRATO, a adoção dos prazos previstos na legislação vigente.

TÍTULO IX DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 33ª. O CONTRATANTE, nos termos do disposto no §4º do art. 167 da Constituição da República e com fundamento na Lei Estadual nº 11.799, de 06 de junho de 2024, vincula como garantia do presente CONTRATO as quotas do Fundo de Participação do Estado (FPE), das quais é titular, previstas no artigo 157 e nos incisos I e II do artigo 159 da Constituição Federal, que lhe são creditadas na instituição financeira INTERVENIENTE, agência nº 3795-8, conta corrente nº 20.939-2.

CLÁUSULA 34ª. O CONTRATANTE declara, neste ato, sob as penas da Lei, que não há outras contas correntes, na mencionada instituição financeira ou em quaisquer outras, para ingresso das verbas de titularidade do CONTRATANTE previstas no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, e que ora perfazem objeto de garantia da CONTRATADA, prestada na operação de pagamento pelo CONTRATANTE pelo SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA de que trata as disposições constantes do Título VI deste CONTRATO.

CLÁUSULA 35ª. Obriga-se o CONTRATANTE a informar à CONTRATADA e ao INTERVENIENTE, a criação ou substituição da conta corrente ou agência bancária, bem como a contratação de nova instituição financeira para depósito das repartições tributárias constitucionais de que trata a CLÁUSULA 33ª.

CLÁUSULA 36ª. O CONTRATANTE, para pagamento de quantias decorrentes de inadimplemento contratual, inclusive atualização monetária, juros e encargos, cede à CONTRATADA, neste ato, em caráter *pro solvendo*, suas receitas oriundas das transferências constitucionais a que se refere a CLÁUSULA 33ª, até o montante devido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC efetiva mensal para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e confere poderes, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, à CONTRATADA para, por si ou por intermédio do INTERVENIENTE, requerer a transferência ou transferir, conforme o caso, para a conta do Tesouro Nacional, as verbas descritas na CLÁUSULA 33ª que estiverem depositadas na agência e conta corrente do banco depositário, ora ofertadas em garantia.

CLÁUSULA 37ª. Para efetivação da cessão e transferência a que se refere a CLÁUSULA 36ª, a CONTRATADA informará ao INTERVENIENTE o valor da importância a ser transferida, na forma dos procedimentos descritos no ANEXO III – ANEXO OPERACIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA.

CLÁUSULA 38ª. O CONTRATANTE pagará ao INTERVENIENTE, a título de remuneração pelas atividades realizadas em cumprimento ao disposto no presente CONTRATO:

- a) valor da tarifa de contratação de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a ser paga em parcela única, por ocasião da assinatura do presente instrumento pelo INTERVENIENTE;
- b) valor correspondente ao percentual de 1% (um por cento), referente à tarifa de execução de garantia, com limite mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), incidente sobre o montante indicado no ofício mencionado no item 1.1 do ANEXO III – ANEXO OPERACIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, nas hipóteses de inadimplemento do CONTRATANTE das obrigações financeiras deste CONTRATO, exigível na mesma data de cumprimento da solicitação apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 39ª. O pagamento da remuneração a que se refere a CLÁUSULA 38ª será realizado por meio de documento de cobrança expedido pelo INTERVENIENTE para o CONTRATANTE liquidar a obrigação devida até a data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Havendo a transferência de recursos à CONTRATADA, os respectivos custos financeiros associados ao pagamento da remuneração de que trata a presente Cláusula serão suportados exclusivamente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Caso o pagamento a que se refere o caput não seja realizado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do momento da sua exigibilidade, o CONTRATANTE autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o débito dos valores devidos na conta indicada na CLÁUSULA 33ª ou outra que venha a substituí-la.

CLÁUSULA 40ª. Em caso de decisão judicial que determine restituição dos recursos financeiros transferidos à CONTRATADA em função da execução da garantia, nos termos da CLÁUSULA 36ª, o INTERVENIENTE não responderá pela obrigação de restituição dos valores transferidos e dos encargos incidentes.

TÍTULO X DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CLÁUSULA 41ª. A CONTRATADA e o CONTRATANTE sujeitam-se às condições e penalidades decorrentes de infrações aos atos normativos editados pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 42ª. A CONTRATADA suspenderá os serviços prestados à CONTRATANTE no caso de inadimplemento no pagamento das tarifas devidas superior a 3 (três) meses, ou prazo diverso constante em regulamento emitido pela ENTIDADE REGULADORA, sem prejuízo da incidência de multa e juros moratórios nos termos da CLÁUSULA 22ª.

CLÁUSULA 43ª. A inadimplência no pagamento pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelo SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA e a frustração da execução das garantias previstas na CLÁUSULA 33ª pelo INTERVENIENTE, nas condições previstas na CLÁUSULA 28ª, ensejarão a inscrição do débito na dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 6.830, de 1980, bem como a inclusão do CONTRATANTE no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme Lei nº 10.522, de 2002.

TÍTULO XI DAS NOTIFICAÇÕES

CLÁUSULA 44ª. Qualquer notificação, citação ou comunicação decorrente do presente CONTRATO deverá ser encaminhada aos endereços constantes do seu preâmbulo, por carta registrada, cartório ou outro mecanismo que permita a ciência inequívoca quanto à data de seu recebimento.

CLÁUSULA 45ª. Comunicações cotidianas poderão ser validamente realizadas por correio eletrônico entre agentes, funcionários e contratados das PARTES, cabendo a cada uma guardar os respectivos registros das comunicações havida.

TÍTULO XII

DA EXTINÇÃO E RESCISÃO

CLÁUSULA 46ª. O presente CONTRATO é firmado em caráter irrevogável e irretratável, observadas as normas jurídicas aplicáveis, podendo ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) advento do termo contratual sem que tenha havido a renovação da avença;
- b) extinção da OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS;
- c) eventos naturais, alheios à vontade das PARTES, que tornem impossível a prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA objeto do CONTRATO; e
- d) superveniência de norma legal que torne impossível a execução do CONTRATO.

CLÁUSULA 47ª. Na hipótese da ocorrência de algum evento previsto na CLÁUSULA 46ª, mantêm-se as PARTES responsáveis pelas respectivas obrigações contraídas perante terceiros durante a vigência do CONTRATO.

TÍTULO XIII

DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

CLÁUSULA 48ª. As PARTES se comprometem a buscar solução amigável para os conflitos que surjam no curso da execução deste CONTRATO, podendo, para esse fim, ser adotado procedimento de mediação, submetendo a matéria à Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, ou da que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. A submissão das PARTES a procedimento prévio de mediação não obsta o ingresso em juízo, diretamente, no caso de medidas de urgência ou para evitar perecimento de direitos.

TÍTULO XIV

DA ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES SOBRE RISCOS

CLÁUSULA 49ª. Exceto pelas disposições estabelecidas na CLÁUSULA 51ª, e desde que em conformidade com a regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA, a CONTRATADA assume integral responsabilidade por todos os riscos, obrigações, autorizações, licenças, decisões judiciais ou administrativas, tributos e encargos setoriais eventualmente devidos ou verificados em relação à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA até os PONTOS DE ENTREGA.

CLÁUSULA 50ª. Exceto pelas disposições estabelecidas na CLÁUSULA 51ª, e desde que em conformidade com a regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA, o CONTRATANTE assume integral responsabilidade por todos os riscos, obrigações, autorizações, licenças, decisões judiciais ou administrativas, tributos e encargos setoriais eventualmente devidos ou verificados em relação à recepção, distribuição e gerenciamento da água aduzida pelo PISF após os PONTOS DE ENTREGA.

CLÁUSULA 51ª. As exceções ou acréscimos à alocação de riscos determinada pelas CLÁUSULAS 49ª e 50ª estão previstas no ANEXO IV - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS, bem como decorrem dos direitos e obrigações aplicáveis às PARTES por meio da Resolução ANA nº 168, de 28 de novembro de 2023, e de outras resoluções correlatas ou que venham a sucedê-la.

CLÁUSULA 52ª. Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, o presente CONTRATO permanecerá em vigor.

CLÁUSULA 53ª. Ressalvado o disposto no art. 399 do Código Civil Brasileiro, a PARTE afetada pelo caso fortuito ou de força maior não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações do CONTRATO durante o tempo de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

CLÁUSULA 54ª. Não se caracterizam como caso fortuito ou força maior os seguintes eventos:

- a) alterações das condições econômicas e financeiras da PARTE afetada;

- b) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados da PARTE afetada que comprometam o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE neste CONTRATO;
- c) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar, realizada pelos empregados e agentes de uma das PARTES e/ou de seus respectivos contratados ou subcontratados.

CLÁUSULA 55ª. A ocorrência de caso fortuito ou força maior não justificará o descumprimento, pelas PARTES, de obrigações que não tenham sido afetadas pelo referido evento.

CLÁUSULA 56ª. A PARTE afetada pela ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá notificar o fato à outra PARTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do evento.

CLÁUSULA 57ª. A notificação conterá descrição pormenorizada do evento de caso fortuito ou força maior, indicação das obrigações afetadas e estimativa do período de duração do referido evento.

CLÁUSULA 58ª. A PARTE afetada pelo evento de caso fortuito ou força maior deverá tomar, e demonstrar que tomou, todas as medidas e esforços razoáveis para remover os efeitos dele decorrentes e impeditivos do cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos.

CLÁUSULA 59ª. Cessado o evento de caso fortuito ou força maior, a PARTE que o tiver invocado deverá notificar o fato de imediato à outra PARTE, ficando a PARTE até então impedida de cumprir as suas obrigações, obrigada a retomar imediatamente seu cumprimento na forma prevista neste CONTRATO.

TÍTULO XV

DA CONCESSÃO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE APOIO

CLÁUSULA 60ª. A CONTRATADA poderá, a seu critério, cientificado previamente o CONTRATANTE, conceder, no todo ou em parte, a execução das atividades operacionais e de apoio necessárias à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, na forma da Lei federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

CLÁUSULA 61ª. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo acompanhamento e gestão do Contrato de Concessão, assegurando ao CONTRATANTE a disponibilidade e prestação dos SERVIÇOS DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, nos termos especificados neste CONTRATO, nas normas legais e na regulação editada pela ENTIDADE REGULADORA.

CLÁUSULA 62ª. O Contrato de Concessão deverá dispor sobre a delegação de direitos e deveres da CONTRATADA, previstos neste CONTRATO e na legislação aplicável, incluindo o disposto no art. 6º, § 6º, da Lei Federal nº 14.182, de 12 de julho de 2021, à concessionária contratada para a execução das atividades operacionais e de apoio necessárias à prestação do SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA.

Parágrafo Único. A delegação a que se refere a CLÁUSULA 62ª, observado o disposto no Parágrafo Primeiro da CLÁUSULA 3ª, não poderá abranger:

- a) as obrigações previstas na alínea “k” da CLÁUSULA 3ª; e
- b) a possibilidade de execução do mecanismo de garantia previsto na CLÁUSULA 33ª.

CLÁUSULA 63ª. O sistema de avaliação de indicadores de desempenho definido pela ENTIDADE REGULADORA deverá ser assimilado pelo Contrato de Concessão.

CLÁUSULA 64ª. O prazo a que se refere a CLÁUSULA 29ª será automaticamente prorrogado, limitado a 35 (trinta e cinco) anos e respeitado o prazo da OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS do PISF, independentemente de anuência prévia das PARTES e INTERVENIENTE e sem prejuízo das hipóteses de extinção previstas na CLÁUSULA 46ª, de modo a promover a coincidência entre os termos finais de vigência deste CONTRATO e do Contrato de Concessão.

TÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 65ª. Em caso de divergência ou ambiguidade entre o disposto no presente CONTRATO e em regramento estabelecido pela ENTIDADE REGULADORA, prevalecerá o disposto neste último.

CLÁUSULA 66ª. O não exercício de qualquer direito estabelecido neste CONTRATO não será interpretado como renúncia ou novação e não impedirá o exercício de qualquer outro direito estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA 67ª. O presente CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA 68ª. Os casos omissos e não resolvidos pelas PARTES integrantes do presente CONTRATO deverão ser apreciados pelo CGPISF.

CLÁUSULA 69ª. Restando infrutífera a tentativa de conciliação de que trata a CLÁUSULA 48ª, as PARTES elegem a Seção Judiciária Federal do ente contratante para tratar de controvérsias atinentes ao cumprimento do presente CONTRATO, ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal, prevista no art. 102, I, "f", da CF/88.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES e o Interveniente firmam o presente CONTRATO em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, comprometendo-se a CONTRATADA a providenciar a sua publicação no Diário Oficial da União e do CONTRATANTE a providenciar a sua publicação no Diário Oficial do Estado no prazo legal.

MARIA DE FÁTIMA BEZERRA
GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONTRATANTE

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
MINISTRO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONTRATADA

MAX WENDELL REBOUCAS DA COSTA
BANCO DO BRASIL S.A.
INTERVENIENTE

ANEXO I - ESPECIFICIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. Oriundo da Cláusula Quinta, item "d", do Termo de Pré-Acordo nº 001/2021/CCAF/CGU/AGU-JRCP:

- a) o início da operação comercial com cobrança pelo SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA ocorrerá após a entrega do volume de 300 (trezentos) milhões de metros cúbicos, a título de teste, limitado ao período de 03 (três) anos após a efetiva disponibilização de águas do PISF à CONTRATANTE;
- b) até a conclusão do Ramal do Apodi, o valor referente à parcela da TARIFA DE DISPONIBILIDADE devido pela CONTRATANTE será calculado de forma proporcional ao VOLUME ENTREGUE ou ao VOLUME MÍNIMO aplicável, prevalecendo o maior entre esses dois; e
- c) enquanto não estiverem instaladas a(s) estrutura(s) e o(s) equipamento(s) para monitoramento contínuo de vazões no portal do Rio Grande do Norte, situado no rio Piranhas, as avaliações dos volumes entregues ao Estado serão realizadas por metodologia a ser acordada entre as PARTES, com anuência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, sem prejuízo do constante no Parágrafo Terceiro da CLÁUSULA 3ª do CONTRATO.

2. A CONTRATADA fica obrigada a realizar os serviços de apoio ao controle e ao monitoramento ao longo do leito do rio Piranhas-Açu, no trecho entre o Açude Engenheiro Avidos, na Paraíba, e a divisa entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, nos termos da regulação emitida pela ENTIDADE REGULADORA.

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS ATIVOS FÍSICOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

1. FINALIDADE

A finalidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF é garantir segurança hídrica, através da integração de bacias hidrográficas, a uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas: a região semiárida do Nordeste. Serão beneficiadas 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

2. OBJETIVOS

- captar água do Rio São Francisco para adução até os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, beneficiando as bacias hidrográficas:
 - o do rio Jaguaribe, no Ceará;
 - dos rios Piranhas e Paraíba, na Paraíba;
 - dos rios Apodi e Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; e
 - dos rios Moxotó, Terra Nova, Brígida e Pajeú, na bacia do rio São Francisco e do rio Ipojuca, em Pernambuco.
- aumentar a oferta de água, com garantia de atendimento ao Semiárido;
- fornecer água de forma complementar para açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água;
- reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações.

3. JUSTIFICATIVA

O PISF beneficiará uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas. Nesses locais, não raro, ações emergenciais são aplicadas para atenuar a situação, mas não atingem os pontos centrais do problema: a pouca disponibilidade e a má distribuição de água na região.

Para se chegar à certeza de que a integração de bacias é a mais consistente alternativa estrutural para o fornecimento garantido e adequado de água à região, foram estudadas outras hipóteses, como uso de águas subterrâneas, dessalinização de águas, reaproveitamento de águas utilizadas, uso de cisternas para a captação de água da chuva, a integração com outras bacias hidrográficas e a implantação de novos açudes (açudagem). A avaliação técnica de cada uma dessas possibilidades levou em conta sua produtividade e adaptação às condições locais, além dos aspectos econômicos e da eficiência operacional decorrentes de sua realização.

Nenhuma das alternativas estudadas apresentou melhores resultados do que a integração de águas do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Todo ser humano merece ter uma vida digna, o que inclui, entre outras coisas, ter saúde, acesso à água de qualidade e condições de gerar renda. É nesse contexto que o Projeto se insere, como uma obra estruturante que, associada aos grandes açudes já construídos e aos sistemas de distribuição existentes e em implementação, poderá melhorar substancialmente o panorama do Nordeste Setentrional. A região passará a ter a segurança hídrica necessária ao desenvolvimento sustentável de sua população.

4. EMPREENDIMENTO

O PISF é um projeto de infraestrutura hídrica que capta água no Rio São Francisco aduzindo-a para bacias hidrográficas do nordeste setentrional nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O empreendimento está organizado em dois eixos principais de transferência de água: Eixo Norte (Trechos I e II) e Eixo Leste (Trecho V) e ramais associados: Ramal do Salgado (Trecho III), Ramal do Apodi (Trecho IV), Ramal do Entremontes (Trecho VI), Ramal do Agreste (Trecho VII) e Ramal do Piancó (Trecho VIII), conforme esquematizado na Figura 1.

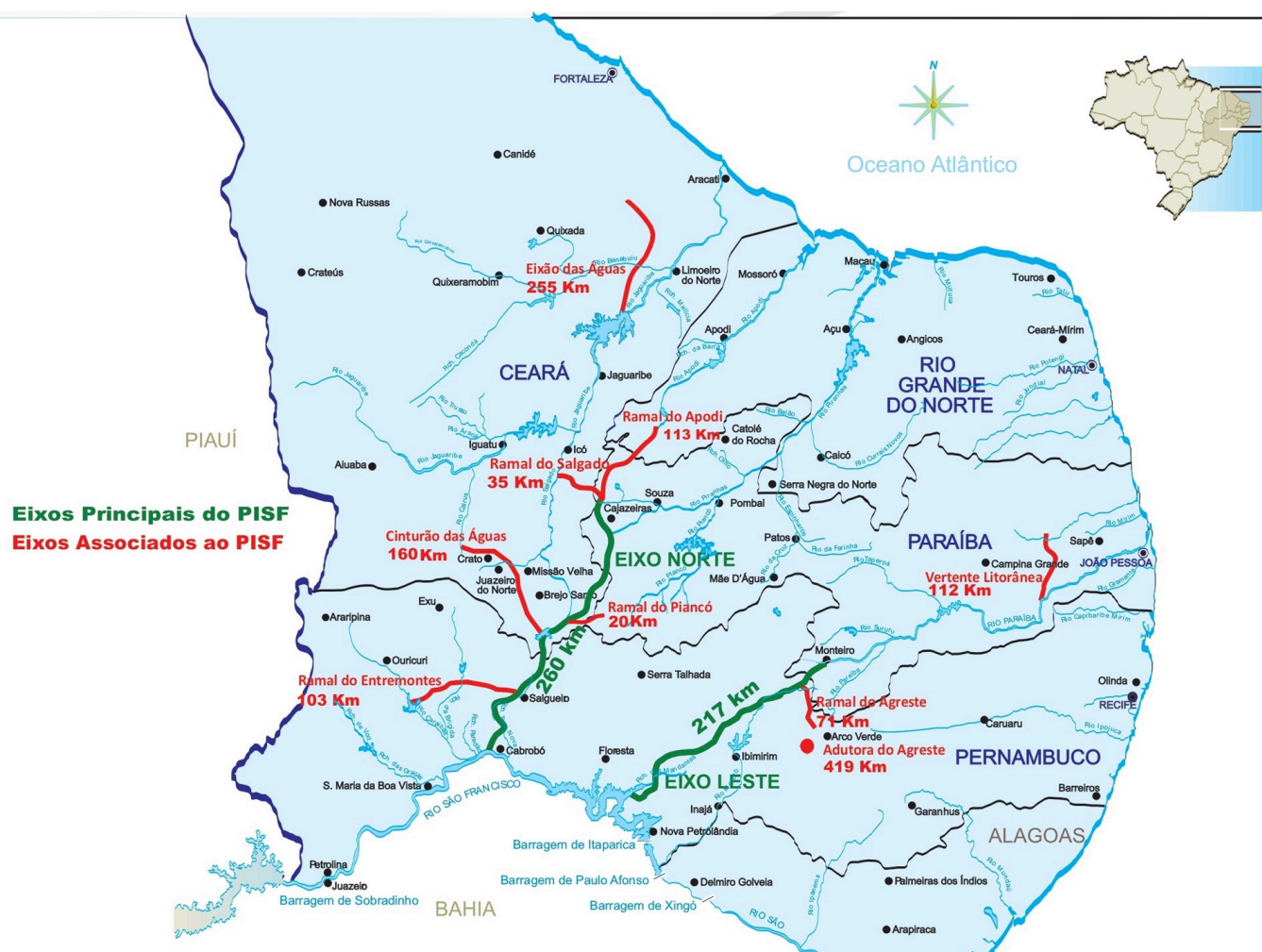


Figura 1. Eixos Principais e Associados ao PISF.

Dentre as estruturas que compõem esta importante obra de infraestrutura hídrica, destacamos canais, aquedutos, estações de bombeamento de água, reservatórios, túneis, subestações de 230 kV e 270 km de linhas de transmissão em alta tensão. Ao final deste documento estão listadas todas as estruturas de cada trecho do PISF.

4.1. Eixo Norte (Trechos I e II)

O Eixo Norte tem extensão de 260 km, partindo do rio São Francisco no município de Cabrobó (PE) em direção ao norte, com entrega de água nos quatro Estados receptores.

A vazão máxima prevista para este eixo é de 99 m³/s, porém para primeira fase de operação a capacidade de adução está reduzida a 25% de sua capacidade máxima. O trecho I contempla três estações de bombeamento (EBI-1, EBI-2 e EBI-3), com previsão de instalação de oito conjuntos moto bombas em cada. Neste primeiro momento, foram instaladas duas bombas em cada EB, sendo bombas de 12,4 m³/s nas duas primeiras estações e 11,1 m³/s na terceira.

Destacamos também que não foram executadas nesta primeira etapa as segundas células dos aquedutos, que deverão ser executadas para alcançar a capacidade máxima do sistema.

4.1.1. Pernambuco

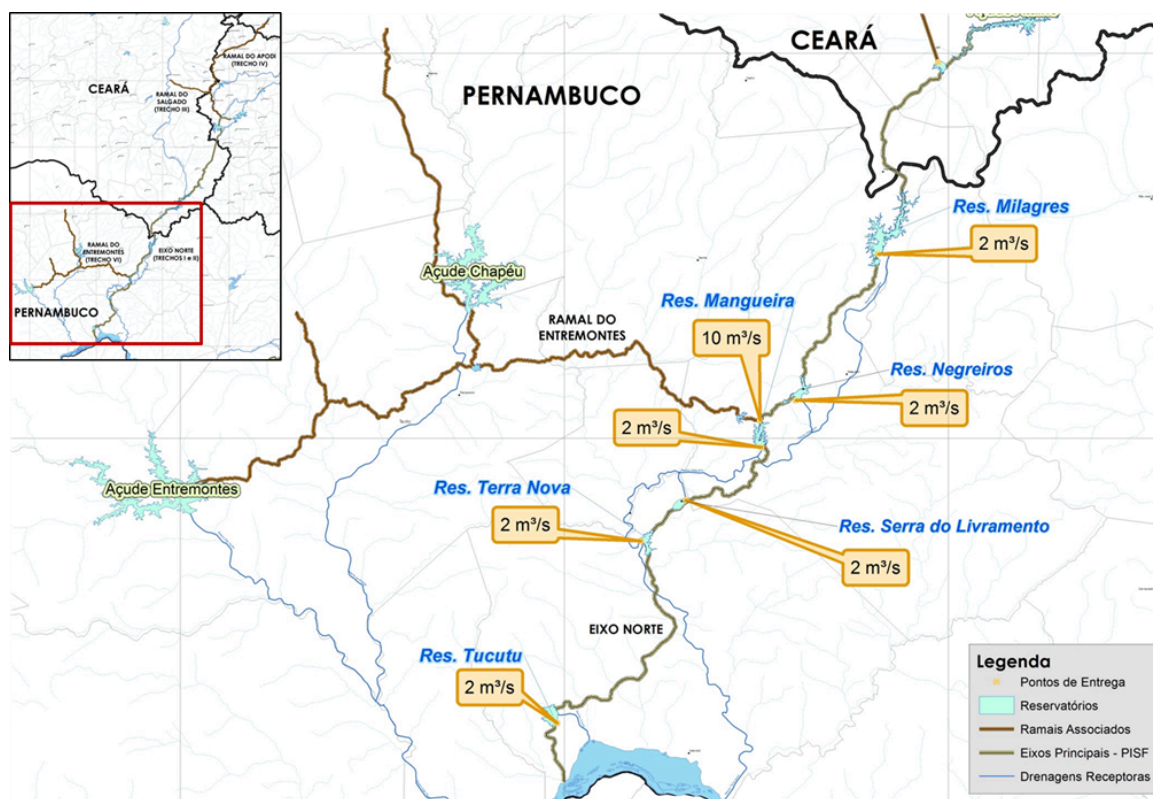


Figura 2. Possíveis portais de entrega de água em Pernambuco pelo Eixo Norte.

É previsto o beneficiamento de Pernambuco pelo Eixo Norte através do **Trecho VI - Ramal do Entremontes**, o qual apresenta extensão de 103 km, com captação máxima projetada de 25 m³/s (captação máxima projetada conforme especificado no Projeto Básico do Ramal do Entremontes) a partir do reservatório Mangueira, ligando o PISF aos reservatórios Parnamirim e Entremontes.

Além desta saída, todos os reservatórios do PISF do Eixo Norte no Estado de Pernambuco permitem a liberação de até 2 m³/s pelas tomadas d'água de uso difuso (TUDs), sendo eles os reservatórios: Tucutu, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Negreiros e Milagres.

4.1.2. Ceará

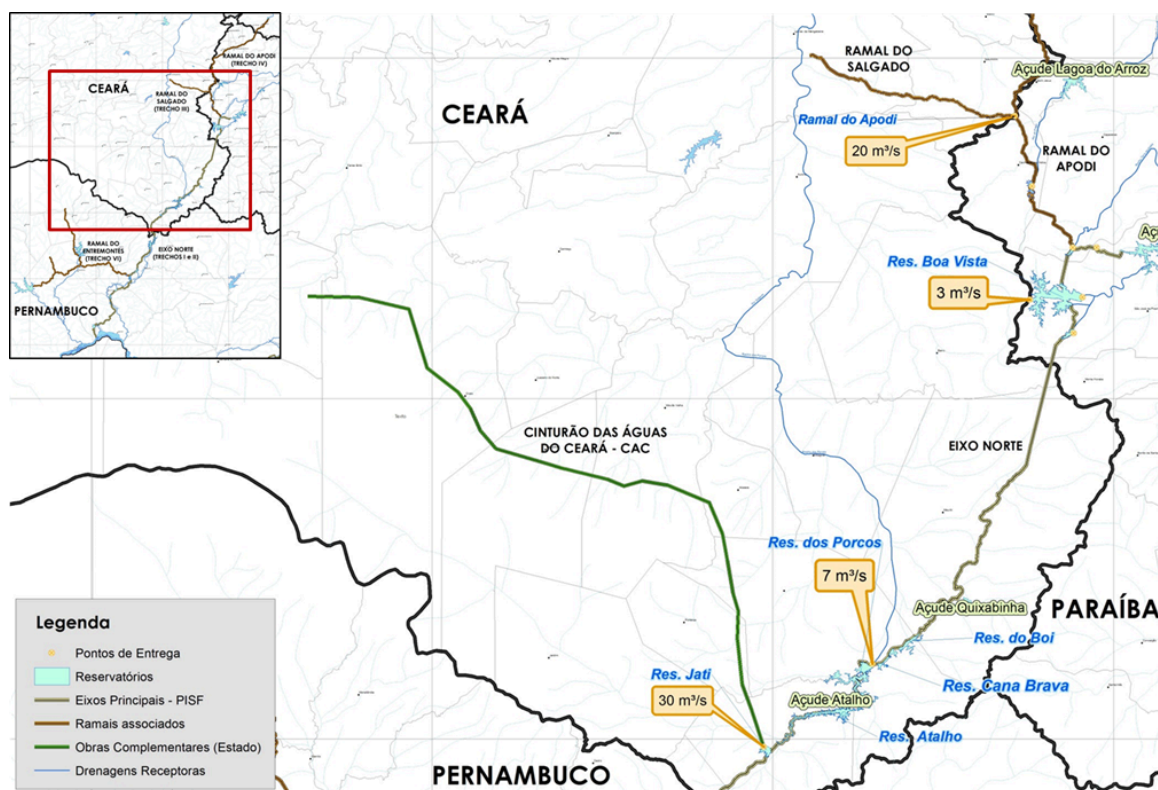


Figura 3. Possíveis portais de entrega de água no Ceará pelo Eixo Norte.

Após passar por Pernambuco, o Eixo Norte do PISF entra no Estado do Ceará. A partir do reservatório Jati, há a derivação para o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) (obra estadual), com capacidade de adução de até 30 m³/s (sendo a disponibilidade da primeira etapa de até 10 m³/s), que aduzirá águas que poderão chegar até a região metropolitana de Fortaleza.

Mais à frente, no Eixo Norte, encontra-se o reservatório dos Porcos, através do qual é possível o deságue de até 7 m³/s no Riacho dos Porcos por meio do qual a água também poderá chegar ao reservatório Castanhão e assim também atender à região metropolitana de Fortaleza.

Outro ponto de beneficiamento para o Estado do Ceará através do Eixo Norte se dá através do **Trecho III - Ramal do Salgado**, que permitirá a captação de até 20 m³/s a partir do Trecho IV (Ramal do Apodi), com entrega de água no rio Salgado.

Por fim, o Estado do Ceará pode receber água também através da TUD do reservatório Boa Vista que permite o deságue de até 3 m³/s no Riacho Cuncas.

4.1.3. Paraíba

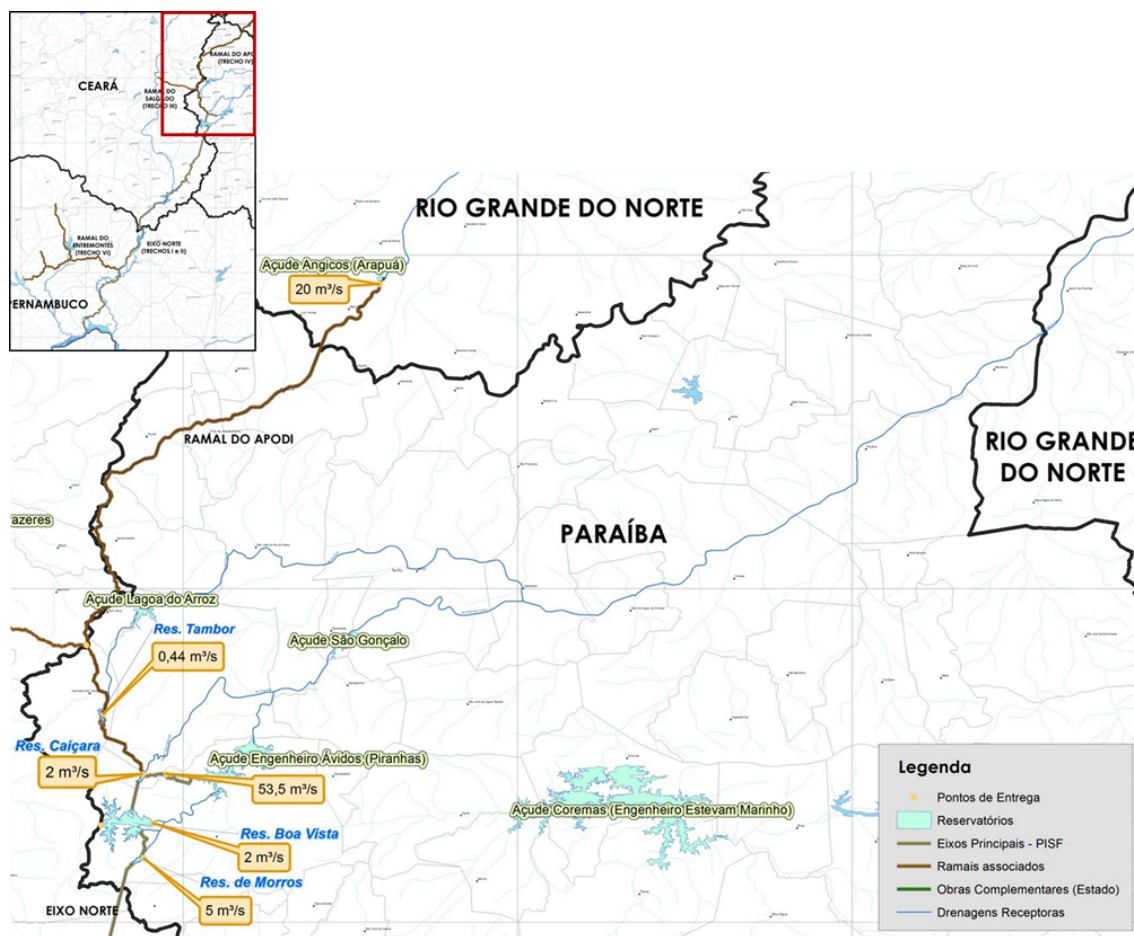


Figura 4. Possíveis portais de entrega de água na Paraíba e Rio Grande do Norte pelo Eixo Norte.

O principal ponto de entrega de água do Eixo Norte no Estado da Paraíba é pelo canal Caiçara/Ávidos, que permite entrega de água no reservatório Engenheiro Ávidos, beneficiando a bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu. A capacidade máxima de projeto prevê a entrega de até 53,5 m³/s.

Como alternativa para entrega de água à bacia do Piranhas-Açu existem as seguintes saídas de água: através das TUDs dos reservatórios Morros (5 m³/s) e Boa Vista (2 m³/s), que permitem a liberação de água em leitos naturais que desagüam no reservatório Engenheiro Ávidos; e pela TUD do reservatório Caiçara, que permite a liberação de 2 m³/s no riacho Terra Molhada, que faz parte da bacia do rio Piranhas. Além destas, no Ramal do Apodi há previsão de saída de água no reservatório Tambor com capacidade de entrega de 0,44 m³/s ao Rio do Peixe, que se encontra com o Rio Piranhas no município de Aparecida (PB).

Não estava contemplado no escopo inicial do projeto, porém encontra-se em fase de estudo o melhor traçado para o **Trecho VIII - Ramal do Piancó**, ramal associado com a finalidade de aduzir água do PISF com entrega no Rio Piancó, sendo este mais um ponto de beneficiamento da bacia do Piranhas-Açu passando pelo sistema Coremas-Mãe d'Água.

4.1.4. Rio Grande do Norte

Todas as alternativas acima elencadas para entrega de água à bacia do Piranhas-Açu beneficiam também o Estado do Rio Grande do Norte, pois o rio Piranhas-Açu abastece o reservatório Armando Ribeiro Gonçalves (Açu) neste Estado.

Os volumes aduzidos pelo PISF também serão entregues ao Estado do Rio Grande do Norte por meio do trecho de leito natural do rio Piranhas-Açu, no ponto de entrega a ser localizado na divisa com o Estado da Paraíba, havendo a interseção entre a água que chegaria ao Estado por afluência natural e a água aduzida pelo Projeto.

Ao final do Eixo Norte, no reservatório Caiçara, tem início o Trecho IV - Ramal do Apodi, que tem extensão de 115 km e capacidade de aduzir até 20 m³/s até o reservatório Angicos no Rio Grande do Norte.

4.2. Eixo Leste (Trecho V)

O Eixo Leste se estende por 217 km partindo do reservatório de Itaparica (PE) em direção a leste no Estado de Pernambuco até atingir o Estado da Paraíba, no município de Monteiro.

A vazão máxima prevista para este eixo é de até 28 m³/s, contemplando ao longo da infraestrutura seis estações de bombeamento (EBV-1, EBV-2, EBV-3, EBV-4, EBV-5 e EBV-6), com previsão de quatro bombas em cada. Para primeira fase, contudo, foram instaladas duas bombas em cada EB, sendo bombas de 7 m³/s nas quatro primeiras estações e 4,5 m³/s na quinta e sexta. Portanto a capacidade de adução na primeira fase de operação está reduzida a 50% de sua capacidade máxima.

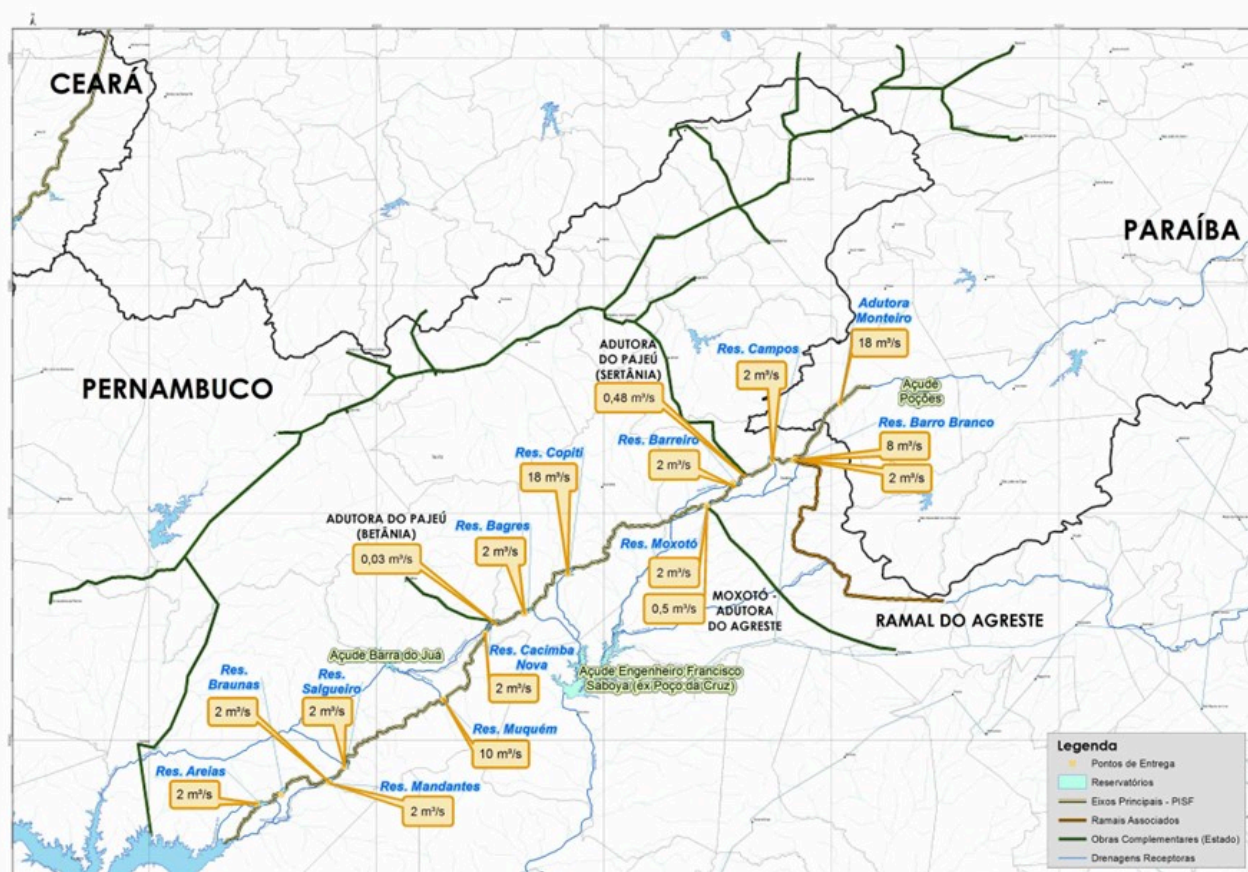


Figura 5. Possíveis portais de entrega de água no Eixo Leste.

4.2.1. Pernambuco

Pernambuco apresenta três principais pontos de recebimento de água pelo Eixo Leste, sendo o primeiro no reservatório Muquém que permite a derivação de até 10 m³/s para o açude Barra do Juá. Em seguida temos a possibilidade de derivação de até 18 m³/s para o açude Poço da Cruz através do reservatório Copiti. Já no reservatório Barro Branco, localizado no município de Sertânia, é prevista a saída de até 8 m³/s para o **Trecho VII (Ramal do Agreste)**, que levará água até a bacia do rio Ipojuca no município de Arcoverde de onde a água será distribuída por toda a região do Agreste Pernambucano pela Adutora do Agreste.

Além dessas saídas, todos os reservatórios do PISF do Eixo Leste no Estado de Pernambuco permitem a liberação de até 2 m³/s por suas tomadas de uso difuso (TUDs), sendo eles os reservatórios: Arelas, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Cacimba Nova, Bagres, Barreiro, Moxotó, Campos e Barro Branco.

4.2.2. Paraíba

A última estrutura do Eixo Leste é a galeria Monteiro, pela qual é possível o desague de até 18 m³/s no leito do Rio Paraíba.

5. POTENCIAIS PORTAIS OU PONTOS DE ENTREGA DE ÁGUA DO PISF.

Potenciais Portais ou Pontos de Entrega de Água do PISF			
Eixo Norte			
Código ANA	Local	Derivação	Vazão Máxima (m³/s)
PE01N	Reservatório Tucutú	Riacho Tucutú	2,0
PE02N	Reservatório Terra Nova	Riacho Terra Nova	2,0
PE03N	Reservatório Serra do Livramento	Riacho Terra Nova (Açude Nilo Coelho)	2,0
PE04N	Reservatório Mangueira	Ramal do Entremontes	10,0
PE05N	Reservatório Mangueira	Riacho Salgueiro	2,0
PE06N	Reservatório Negreiros	Riacho Salgueiro	2,0
PE07N	Reservatório Milagres	Riacho dos Milagres	2,0
CE01N	Reservatório Jati	Cinturão das Águas do Ceará	30,0
CE02N	Reservatório de Porcos	Riacho dos Porcos e rio Salgado	7,3
PB01N	Reservatório Morros	Açude Engenheiro Avidos	5,0
PB02N	Reservatório Boa Vista	Açude Engenheiro Avidos	2,0
CE03N	Reservatório Boa Vista	Riacho Cuncas e Rio Salgado	3,0
PB03N	Reservatório Caiçara	Riacho Terra Molhada e Rio Piranhas	2,0
PB04N	Canal Caiçara/Ávidos	Rio Piranhas	53,5
CE04N	Ramal do Apodi	Ramal do Salgado	20,0
RN01N	Ramal do Apodi	Reservatório Angicos	20,0
RN02N	Rio Piranhas na divisa entre Paraíba e Rio Grande do Norte	Rio Piranhas	53,0
Eixo Leste			
PE01L	Reservatório Areias	Riacho Poço do Sol	2,0
PE02L	Reservatório Braúnas	Riacho do Poço	2,0
PE03L	Reservatório Mandantes	Riacho dos Mandantes	2,0
PE04L	Reservatório Salgueiro	Riacho do Salgueiro	2,0
PE05L	Reservatório Muquém	Açude Barra do Juá	10,0
PE06L	Reservatório Cacimba Nova	Riacho da Maravilha	2,0
PE07L	Reservatório Bagres	Rio Moxotó	2,0
PE08L	Reservatório Copiti	Açude Poço da Cruz	18,0
PE09L	Reservatório Moxotó	Rio Moxotó	2,0
PE10L	Reservatório Barreiro	Riacho Barreiro	2,0
PE11L	Reservatório Campos	Rio Moxotó	2,0
PE12L	Reservatório Barro Branco	Rio Moxotó	2,0
PE13L	Reservatório Barro Branco	Ramal do Agreste	8,0
PB01L	Galeria Monteiro	Rio Paraíba	18,0

6. EIXOS ESTRUTURANTES (NORTE E LESTE)

6.1. Canais e Barragens

De forma geral os canais e barragens do PISF seguem as seguintes características:

Os canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco possuem seções escavadas em solo ou rocha, seções em aterro e seções mistas, adaptando-se à topografia local e respeitando a declividade projetada de 0,01%.

As seções hidráulicas dos canais em aterro ou escavadas em solo possuem regularização do terreno com solo cimento, manta impermeabilizante e camada de concreto de revestimento. Para os canais que possuem trechos escavados em

rocha, a regularização do terreno é realizada com concreto poroso, também protegido por manta impermeabilizante e concreto de revestimento. Em todos os canais protegidos por placas de concreto, há sistema de drenagem interna para captação da percolação que pode ocorrer devido à infiltração da água da chuva, devido à possíveis furos da manta impermeabilizante e em alguns locais, devido à contribuição do lençol freático.

Para os canais totalmente escavados em rocha há apenas regularização da superfície com concreto projetado ou concreto poroso. Para canais com grande contribuição do lençol freático, há apenas proteção com enrocamento.

As barragens projetadas possuem em sua maioria seção homogênea com filtro vertical. Há também barragens zoneadas, de enrocamento com núcleo argiloso e em CCR.

6.2. Trecho I (Eixo Norte – Primeiro Segmento)

O trecho I é responsável pela captação e adução da vazão do primeiro segmento do Eixo Norte, desde a captação até o reservatório de Jati (extensão de 142 km), contendo 03 (três) estações de bombeamento, para recalcar até 99 m³/s em uma altura de 169 m.

Ao longo do trecho I, especificamente no Reservatório Mangueira, está prevista uma derivação para atendimento à bacia hidrográfica do Rio Brígida (PE) correspondente ao trecho VI, também denominado Ramal de Entremontes com vazão de 25 m³/s.

O sistema adutor é composto por:

- 17 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 104 km de extensão (ou em torno de 105,4 km considerando as transições);
- 05 Aquedutos: Logradouro (179 m), Saco da Serra (204 m), Mari (379 m), Terra Nova (179 m) e Salgueiro (254 m);
- 01 Túnel: Milagres-Jati (731,32 m);
- 06 Barragens: Tucutu, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Negreiros e Milagres;
- 19 pontes e 12 passarelas;
- 02 Galerias: Penaforte (447,6 m) e Transnordestina (43,64 m);
- 03 Estações de bombeamento: EBI-1, EBI-2 e EBI-3;
- Estruturas de Controle: Tucutu, Serra do Livramento, Negreiros e Milagres.

6.3. Trecho II (Eixo Norte – Segundo Segmento)

Trecho de 118 km, constituído por um canal adutor, entremeado por uma série de reservatórios e dois túneis, garantindo que a água aduzida ao Reservatório Caiçara alcance a bacia do rio Piranhas-Açu. Neste trecho o PISF prevê 2 (duas) usinas hidrelétricas, que quando estiverem operando, recuperarão parte da energia gasta com o bombeamento.

O sistema adutor é composto por:

- 08 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 57 km de extensão;
- 03 Aquedutos: Boi (175 m), Pinga (150 m) e Catingueira (175 m);
- 02 Túneis: Cuncas I (15 km) e Cuncas II (4 km);
- 10 Barragens: Jati, Atalho, Porcos, Cana Brava, Cipó, Boi I, Boi II, Morros, Boa Vista e Caiçara;
- 19 pontes e 08 passarelas;
- 01 Galeria: Sobradinho (186 m);
- Estruturas de Controle: Boi, Porcos, Cuncas e Caiçara;
- Previsão de 02 Usinas Hidrelétricas (UHE): Jati e Atalho.

6.4. Trecho V (Eixo Leste)

Esse trecho, com 217 km, é responsável pela captação no reservatório de Itaparica, em Floresta (PE) indo até o riacho Mulungu, em Monteiro (PB), com capacidade de adução de 28 m³/s até o reservatório Copiti; daí em diante, até o final, na Paraíba, sua capacidade de adução é reduzida para 18 m³/s.

O sistema adutor é composto por:

- 23 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 162 km de extensão;
- 05 Aquedutos: Sobre a BR-316 (146 m), Jacaré (164 m), Caetitu (164 m), Branco (150 m) e Barreiros (200 m);

- 01 Túnel: Engenheiro Giancarlo Lins Cavalcant (3.080 m);
- 12 Barragens: Areias, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Muquém, Cacimba Nova, Bagres, Copiti, Moxotó, Barreiro, Campo e Barro Branco;
- 31 pontes e 22 passarelas;
- 01 Galeria/Adutora Monteiro (Inclusive Transições) (4 km);
- 06 Estações de bombeamento: EBV-1 EBV-2, EBV-3, EBV-4, EBV-5 e EBV-6.
- Estruturas de Controle: Areias, Braúnas, Salgueiro, Muquém, Bagres, Copiti, Barreiros, Campos e Barro Branco.

6.5. Sistema Elétrico

- Subestações Abaixadoras (230/6,9 kV):
 - Eixo Norte: SE-N1, SE-N2 e SE-N3; e
 - Eixo Leste: SE-E1, SE-E2, SE-E3, SE-E4, SE-E5 (69/6,9 kV) e SE-E6.
- Linhas de Transmissão em 230kV:
 - Eixo Norte: 145 km; e
 - Eixo Leste: 125 km.
- Linhas de Distribuição em 13,8kV:
 - Eixo Norte: 175 km; e
 - Eixo Leste: 228 km.
- Painéis e equipamentos dos sistemas auxiliares das estações de bombeamento:
 - as estações de bombeamento contam com sistemas auxiliares compostos por quadros de distribuição de média tensão em 6,9kV, dispositivos de partida suave dos motores, quadros de distribuição em corrente alternada, quadros de distribuição em corrente contínua, grupos moto-geradores, transformador de serviços auxiliares, retificadores e bancos de bateria.
- Painéis e equipamentos dos sistemas auxiliares das estruturas de controle:
 - as estruturas de controle nos reservatórios contam com painéis e equipamentos de sistemas auxiliares compostos por quadros de distribuição de corrente alternada para alimentação dos equipamentos periféricos e de acesso do SDSC, dos sistemas de telecomunicações, CFTV e equipamentos hidromecânicos.
- Sistema Digital de Supervisão e Controle – SDSC:
 - 01 Centro de Controle e Operação na cidade de Salgueiro; e
 - 210 Controladores Lógicos Programáveis – CLPs.
- Sistema de Telecomunicações:
 - Eixo Norte: 354 km de Fibra Óptica;
 - Eixo Leste: 409 km de Fibra Óptica;
 - Comunicação via cabo OPGW em linha de transmissão da CHESF para interligação dos sistemas dos eixos Norte e Leste; e
 - equipamentos com comunicação nas subestações (comunicação do sistema elétrico) e nas estações de bombeamento e estruturas de controle (comunicação do sistema hídrico) compostos por switches backbone, elementos óticos passivos, conversores eletro-ópticos, gerenciadores e telefones IP.
- Sistema de CFTV:
 - compostos por câmeras fixas e PTZ, detectores infravermelhos, softwares de gerenciamento nas estações de bombeamento, subestações e estruturas de controle.

6.6. Equipamentos Hidromecânicos

As estações de bombeamento, de uma maneira geral, são constituídas por equipamentos hidromecânicos necessários à adução da água bruta aos reservatórios e compõem-se basicamente por conjuntos moto-bomba, válvulas borboleta, válvulas de retenção, adutoras, pontes rolantes, talhas e equipamentos de acionamento hidráulico, sendo a maioria destes comandados e controlados por sistemas elétricos interligados ao SDSC, por meio de atuadores e variados sensores.

As estruturas de controle nos reservatórios também são constituídas de equipamentos hidromecânicos necessários ao controle de nível e vazão tais como comportas de seguimento e válvulas dispersoras nas tomadas de água de uso difuso, que também são comandadas e controladas por sistemas elétricos interligados ao SDSC.

7. RAMAIS ASSOCIADOS

7.1. Trecho III - Ramal do Salgado (Eixo Norte)

Este trecho de 35 km se inicia na estrutura de controle do km 30 do Trecho IV, divisa dos Estados da Paraíba e Ceará, e se estende integralmente pelo Estado do Ceará até o leito do rio Salgado. A vazão aduzida no Trecho III será de 20,0 m³/s.

O sistema adutor é composto por:

- 13 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 29,12 km de extensão;
- 03 Aquedutos totalizando 1.270 m: Cajazeira, Boa Vista e Monte Alegre;
- 01 Túnel: Saco dos Bois (760 m);
- 01 Estrutura de Controle (52,80 m);
- 08 Rápidos com extensão total de 2.750 m: Fazenda Pau Branco, Olho D'Água, Manga da Campina, Porteiras, Riachão, Extrema, Mangabeira e Salgado;
- Sistema Viário com extensão de 7.000,62 m;
- Galerias com extensão total de 200 m;
- Sifão BR-116 (100 m); e
- Obra de restituição final do Rápido Salgado (100 m).

7.2. Trecho IV – Ramal do Apodi (Eixo Norte)

O Trecho IV inicia-se na estrutura de controle na barragem Caiçara, localizada no Estado da Paraíba, e se desenvolve pelos Estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, numa extensão de 115,41 km, até alcançar o reservatório da barragem Angicos, situada no Rio Grande do Norte. A vazão aduzida no primeiro segmento do Trecho IV será de 40,0 m³/s e após a derivação para o Trecho III passará a ser de 20 m³/s.

O sistema adutor é composto por:

- 32 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 96,7 km de extensão;
- 06 Aquedutos: Cabeça de Onça, Pedra Preta, Pitombeira, Bananeira, Cruzamento da Ferrovia Transnordestina, Lagoa Vermelha e Peixe;
- 01 Túnel: Major Sales (6,5 km);
- 01 Barragem: Tambor;
- 08 Rápidos: Arruido, Angical 1, Angical 2, Cabaceira, Timbaúba, Lagoa Dentro, Conta Galo e Arapuá;
- 04 Estruturas de Controle: Caiçara, Tambor, km 30 e Angicos;
- 04 Sifões Invertidos;
- 02 Soleiras Bico de Pato; e
- 01 Queda: Cacimba Velha, com extensão de 48m.

7.3. Trecho VI – Ramal de Entremontes (Eixo Norte)

Trecho de 103 km, com captação a partir do reservatório Mangueira, localizado no Trecho I. O canal principal tem vazão de 25 m³/s, ligando os reservatórios Mangueira, Parnamirim e Entremontes.

O sistema adutor é composto por:

- 06 aquedutos;
- 01 Túnel: Parnamirim (1.3 km);
- 02 reservatórios;
- Sistema de Drenagem com 152 bueiros com comprimento total de 7 km e canaletas de drenagem lateral com comprimento total de 92 km;
- 14 Pontes, com comprimento total de 420 m;
- 01 Sifão, com 60 m de comprimento;

- Estradas Laterais, com comprimento total de 200 km;
- 01 Estação de Bombeamento bombeando a água do reservatório Mangueira para o Canal Principal por meio de 4 conjuntos motobomba com capacidade de 6,25 m³/s por conjunto;
- 02 adutoras:
 - Cachimbo - captação com 3 conjuntos motobomba (1 de reserva) com capacidade de 0,26 m³/s cada e adutora com capacidade de 0,52 m³/s, altura manométrica de 60 m, diâmetro de 0,65 m e comprimento de 14 km; e
 - Exu-Granito – captação com 4 conjuntos motobomba com capacidade de 0,59 m³/s cada e adutora com capacidade de 2,35 m³/s, altura manométrica de 140 m, diâmetro de 1,50 m e comprimento de 41 km.

7.4. Trecho VII - Ramal do Agreste (Eixo Leste)

Tem início na estrutura de controle da Barragem Barro Branco e término na Barragem Ipojuca. Conduz a vazão total de 8,0 m³/s por cerca de 70,8 km de extensão e está situado ao norte do Estado de Pernambuco, próximo da fronteira com o Estado da Paraíba, abrangendo terrenos dos municípios de Sertânia e Arcoverde, nas sub-bacias hidrográficas dos rios Moxotó e Ipojuca.

O sistema adutor é composto por:

- 17 segmentos de canais que perfazem aproximadamente 42,7 km de extensão, com as seguintes quantidades de OAC: 50 Bueiros e 23 *overchutes*;
- 05 Aquedutos, totalizando 1,9 km;
- 06 Túneis: Cacimba da Mata (776 m), Cachoeira (1.204 m), Bom Nome (1.187 m), Tigre (920 m), Ipojuca I (2.472 m), Ipojuca II (9.488 m);
- 02 Barragens: Góis, com seção mista, solo e enrocamento, e Ipojuca em Concreto Compactado com Rolo (CCR);
- 01 Adutora de Recalque de aço, D = 2,10 m e extensão total de 7.191 m;
- 02 Estruturas de Controle de Nível/Vazão dos canais (uma na Barragem Barro Branco e outra na Barragem Góis);
- 08 pontes rodoviárias e 05 passarelas;
- Sistema Viário de Acesso para operação e manutenção que acompanha os canais de ambos os lados, e sua interligação/restauração com o sistema viário existente: 113 km;
- 05 Sifões: Passagem (825 m), Boqueirão (445 m), Jiboi (505 m), Lagoa do Meio (430 m), Minador (266 m); e
- 01 Estação de Bombeamento (EBVII-1) 3 Conjuntos Motobombas centrífugas horizontais bipartidas, cada uma com 2,67 m³/s, AMT = 234,5 m, 8.000 kW e 13.200 V.

7.5. Trecho VIII – Ramal do Piancó (Eixo Norte)

Conforme Estudo de Viabilidade Técnica, Socioeconômica e Ambiental para o abastecimento da bacia hidrográfica do Alto Piancó e bacias limítrofes, elaborado em 2018, foram analisadas três alternativas para concretização do Ramal do Piancó, dentre as quais a Alternativa 1 se destacou como a mais adequada, evidenciando-se pelo melhor desempenho na análise multicritério conduzida pelo estudo.

A Alternativa 1 (Adução direta PISF – Rio Piancó) prevê a transferência de água do Eixo Norte do PISF, a montante do aqueduto da Catingueira, para a bacia do Piancó, sendo a entrega/restituição feita diretamente na calha do rio Piancó, cerca de 3,2 km a montante do açude Condado (distância aproximada ao nível máximo normal).

O sistema apresenta uma extensão total 18,8 km e integra um conjunto de estruturas operacionais essenciais ao adequado funcionamento do sistema, designadamente:

- Captação no PISF, a montante do aqueduto da Catingueira;
- 01 Estação de bombeamento: EBVIII-1;
- Adutora PISF – Rio Piancó;
- Stand-pipes SP-1.1, SP-1.2 e SP-1.3; e
- Restituição no rio Piancó.

É prevista a implantação por etapas do sistema, com a instalação de duas linhas adutoras de FoFo DN 1200 mm (uma em cada etapa), para uma vazão total de 4 m³/s (2 + 2 m³/s).

ANEXO III - ANEXO OPERACIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA

1. Compete à CONTRATADA:

1.1. Solicitar, na ocorrência de inadimplência de parcelas do CONTRATO, mediante ofício a ser remetido ao e-mail corporativo do INTERVENIENTE por meio do endereço eletrônico digov.haveres@bb.com.br, o débito e a transferência dos recursos financeiros existentes até o limite para a regularização do atraso. A solicitação deverá:

- a) ser encaminhada em até 05 (cinco) dias úteis de antecedência aos créditos decendiais do FPE para início das ações de execução da garantia (*);
- b) conter os dados do CONTRATO objeto da execução, o valor devido pelo CONTRATANTE e o mês de competência a que se refere; e
- c) estar acompanhada dos dados bancários a serem utilizados para a transferência dos recursos a CONTRATADA.

(*) Caso a solicitação seja encaminhada com prazo inferior aos 5 dias do próximo crédito do FPE, o início da execução de garantia será realizado a partir dos créditos subsequentes, até a sua liquidação.

1.2. Em caso de decisão judicial que determine restituição dos recursos financeiros transferidos à CONTRATADA em função da execução da garantia, nos termos da CLÁUSULA 36ª do CONTRATO, o INTERVENIENTE não responderá pela obrigação de restituição dos valores transferidos e dos encargos incidentes.

A CONTRATADA e o INTERVENIENTE poderão interagir antes ou após o envio do ofício mencionado no item 1.1, para terem acesso às informações necessárias à efetivação da solicitação.

2. Compete ao INTERVENIENTE:

2.1. Efetuar a retenção dos recursos financeiros disponíveis na conta corrente indicada na CLÁUSULA 33ª do CONTRATO, vinculados em garantia das obrigações contraídas pelo CONTRATANTE junto à CONTRATADA, quando por esta solicitado nos termos dispostos na CLÁUSULA 37ª do CONTRATO e desde que tenha a CONTRATADA atendida às atribuições contidas no item 1 do presente Anexo;

2.2. Transferir à União os recursos financeiros debitados do CONTRATANTE, no prazo máximo de 1 (um) dia útil;

2.3. Informar a CONTRATADA e ao CONTRATANTE os valores efetivamente debitados e transferidos, bem como débitos parciais efetuados, quando houver insuficiência do saldo na conta corrente objeto da garantia;

2.4. Comunicar a CONTRATADA sempre que o INTERVENIENTE fique impossibilitado do cumprimento da execução da garantia, apresentando as razões que justificam a impossibilidade;

2.5. Comunicar o CONTRATANTE sobre a solicitação de retenção e transferência de recursos financeiros emitida pela CONTRATADA;

2.6. Enviar para a CONTRATADA toda e qualquer notificação recebida do CONTRATANTE relacionada ao disposto no CONTRATO;

2.7. Comunicar a CONTRATADA a existência de ações judiciais e de decisões acerca do CONTRATO;

2.8. Adotar ordem de preferência para o atendimento de eventuais demandas concorrentes de execução de garantias, oriundas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e demais Instituições detentoras de Acordos Operacionais com o INTERVENIENTE, inclusive aquelas decorrentes do CONTRATO, priorizando:

2.8.1. Dívidas de Estados/Municípios para com a União, representada pela Secretaria do Tesouro Nacional, ainda que decorrentes de contratos de Contragarantia;

2.8.2. Dívidas de Estados/Municípios para com as demais Instituições, inclusive aquelas decorrentes do CONTRATO, tendo como critério a ordem de antiguidade da solicitação.

As comunicações a que se referem este item deverão ser promovidas de forma imediata, assim entendidas aquelas efetivadas no prazo máximo de 48 horas.

ANEXO IV - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Riscos	Alocação
Alterações legislativas, em regulamentos ou no entendimento de autoridades públicas, desde que consolidado por tribunais superiores, portarias, pareceres e demais documentos aplicáveis, que afetem diretamente os encargos, tributos, custos, despesas, investimentos, receitas ou quaisquer das obrigações relacionados à parcela do CONTRATANTE na RECEITA REQUERIDA.	CONTRATANTE
Decisões judiciais, inclusive liminares, que afetem a execução ou exequibilidade da garantia oferecida pelo CONTRATANTE prevista na CLÁUSULA 33ª, bem como determinem a restituição dos valores já executados.	CONTRATANTE
Variações das demandas em relação às previstas no PGA vigente e revisões, inclusive aquelas relacionadas a condições hidrológicas, comerciais, operacionais ou orçamentário-financeiras.	CONTRATANTE

ANEXO V – PORTARIA DE PRIORIZAÇÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**PORTARIA Nº 2.044, DE 28 DE OUTUBRO DE 2022**

Dispõe sobre a priorização da alocação de recursos orçamentários necessários à operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e art. 29, incisos IV e V, da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e em conformidade com o Decreto n. 5.995, de 19 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO o firmado no dia 1º de setembro de 2005, no Termo de Compromisso entre representante da União e dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, para Garantia da Operação Sustentável do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF);

CONSIDERANDO o Termo de Pré-Acordo firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e os Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte em 29 de abril de 2021, pelo qual foi firmado compromisso de ser celebrado o Termo de Conciliação e o Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, cujas cláusulas reflitam o consenso firmado naquele instrumento, sobre, dentre outros pontos, a "edição de Portaria do MDR, estabelecendo compromisso de priorizar a alocação dos recursos orçamentários necessários para operação e manutenção do PISF", conforme cláusulas daquele termo;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo n. 59000.019959/2021-02;; resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito das ações orçamentárias a cargo da Pasta, a partir da data de assinatura do primeiro Contrato de Prestação do Serviço de Adução de Água Bruta do PISF a ser firmado com os Estados beneficiados, a priorização da alocação de recursos orçamentários necessários à operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) em valor correspondente aos arrecadados dos Estados beneficiados pela prestação do serviço de adução de água bruta, bem como àqueles correspondentes à contrapartida da União estabelecida nos respectivos contratos de prestação de serviços firmados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Bezerra, Usuário Externo**, em 30/12/2024, às 18:38, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAX WENDELL REBOUÇAS DA COSTA, Usuário Externo**, em 02/01/2025, às 10:12, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Waldez Góes da Silva, Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional**, em 07/01/2025, às 09:18, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5535985** e o código CRC **23A1FB6C**.

